

**José Paulo Netto**



**PEQUENA  
HISTÓRIA da  
DITADURA  
BRASILEIRA**

**(1964 - 1985)**

## O significado do golpe

Nas páginas precedentes, salientamos o vigoroso apoio do imperialismo (particularmente o norte-americano) à conspiração — afinal, os Estados Unidos estavam fomentando movimentos como o que levou ao 1º de abril em todas as latitudes, no processo da *contrarrevolução preventiva em escala mundial*. No entanto, e contra interpretações simplistas, é também preciso salientar que *o golpe não começou em Washington*: foi na dinâmica interna das lutas de classes no Brasil que se armou o seu cenário e se gestaram as condições do seu êxito em 1964. Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo.

O regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura militar — se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como a *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octavio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os *pronunciamientos* dos “gorilas”) — foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, “gringos” e brasileiros).

De qualquer forma, o golpe do 1º de abril não pode ser compreendido fora do contexto da *guerra fria* quando, sob o hegemonismo norte-americano e numa conjuntura em que se modificava profundamente a divisão internacional do trabalho (e, logo, as relações econômicas entre os centros capitalistas e as suas periferias), os núcleos imperialistas patrocinaram a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*.

Três eram os objetivos dessa cruzada contrarrevolucionária, aliás todos interligados: 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas.

A contrarrevolução, porém, nos espaços em que triunfou, tomou formas ajustadas aos marcos nacionais em que se operava — por isto, seu movimento não foi o mesmo, por exemplo, no Brasil (1964) e na Indonésia (1965). Com efeito, é nas particularidades nacionais que se deve buscar o significado específico da onda de golpes própria do processo da contrarrevolução.

Ora, os estudiosos brasileiros mais qualificados (Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré), mesmo com divergências interpretativas, há muito identificaram os principais traços da nossa formação — traços a partir dos quais se ergueu a particularidade histórica brasileira: a construção, desde o período colonial, de um arcabouço de atividades econômicas cuja destinação era o mercado externo; a continuidade, sem rupturas decisivas, desse estatuto colonial; e a industrialização tardia, operando-se já com o capitalismo no seu estágio monopolista. Assim, a burguesia brasileira nunca teve nada a ver com a burguesia empreendedora, animada por ideais emancipadores, a burguesia de meados do século XVIII a 1848; a burguesia brasileira não dispôs nunca de impulsos para realizar uma revolução *burguesa* à moda "clássica", liquidando o latifúndio (lembre-se que, originalmente, a reforma agrária é uma das tarefas da revolução burguesa) e defendendo a soberania nacional. Residem aí as raízes de duas características básicas da formação social brasileira:

1) o desenvolvimento capitalista no Brasil se processou sem erradicar as formas econômico-sociais que, por exemplo na Europa Ocidental, se lhe apresentaram como obstáculos ou impeditivas; entre nós, o desenvolvimento capitalista não se desvencilhou dessas formas arcaicas (como

o monopólio oligárquico da terra, o latifúndio), não liquidou o "atraso" — pelo contrário, o desenvolvimento capitalista, aqui, se operou *refuncionalizando* tais formas: não destruiu o "atraso", incorporou-o; trocando em miúdos: no Brasil, o capitalismo se desenvolveu *sem realizar o que, em países centrais, foram as reformas burguesas*;

2) a sistemática exclusão da massa do povo, das forças populares, dos processos de decisão política; os segmentos mais ativos das classes dominantes sempre encontraram meios e modos de travar e/ou impedir a intervenção das forças populares nos núcleos centrais da direção da sociedade; para usar de uma formulação teórica: *no Brasil, a socialização da política não se realizou plenamente e, quando deu passos adiante, os setores de ponta das classes dominantes lograram travá-la*; a socialização da política, no Brasil, *sempre teve nas classes dominantes um adversário constante* — daí a tradição antidemocrática (não apenas política, mas também sociocultural) que atravessa a história brasileira e os processos diretivos da nossa sociedade, que têm sido conduzidos "pelo alto".

Pois bem: na entrada dos anos 1960, essas linhas de força da história brasileira ganham uma *dinâmica crítica* — conjugam-se, então, dimensões econômicas e políticas. A passagem da *industrialização substitutiva de importações* (industrialização restringida) à *industrialização pesada* (ou alargada), que vinha de meados da década anterior, colocava à mostra a sua exigência: a rearticulação das modalidades de acumulação penalizando fortemente as camadas trabalhadoras para permitir um novo arranjo entre o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro, aprofundando a dependência em face dos centros imperialistas ou realizando as *reformas de base* para reorientar a economia na direção de romper com aquela dependência — contrapunham-se, pois, dois projetos econômico-políticos e sociais, um na perspectiva de manter aquelas linhas de força da nossa história e outro no sentido de superá-las. Precisamente o alargamento do protagonismo popular, mediante a ampliação de espaços democráticos, especialmente acentuado a partir de 1961, criava ponderáveis problemas para a primeira alternativa e punha, para a segunda, a possibilidade de reverter aquelas linhas de força. Como vimos, o declínio do ritmo do crescimento econômico — no interior de um quadro inflacionário — tinha tudo a ver com os impasses daquela con-

juntura, e a ausência de uma orientação macroeconômica coerente, por parte do governo Jango, expressava exatamente a correlação de forças então estabelecida.

Para alguns setores da esquerda, a possibilidade de reverter a condição de dependência e de ampliar a democracia — objetivamente constatável na entrada dos anos 1960 — significou que o país experimentava um *período revolucionário*. Não partilhamos desta hipótese; entendemos que as lutas sociais então registradas não colocavam em xeque, *imediatamente*, a ordem capitalista: colocavam em xeque a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento do capitalismo tomara no país. É bastante provável que tais lutas, se originassem um reordenamento econômico-social e político efetivamente mais democrático, desembocassem num quadro revolucionário. Os estrategistas das classes dominantes tiveram consciência dessa provável evolução e, por isto, sintonizados com a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*, trataram de abortá-la com o golpe de abril. Aqui reside o *significado profundo do golpe*: ele não representou simplesmente a deposição de um presidente no legítimo exercício de seu mandato — *significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira*.

O golpe do 1º de abril, solução política imposta pela força, derrotando as forças democráticas, nacionais e populares, *significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira*. Os estrategistas (brasileiros ou não) do golpe impediram o desenvolvimento de uma transformação política e econômica que poderia — sem ferir de imediato os fundamentos da propriedade privada e do mercado capitalista — romper com os traços *mais deletérios e negativos da nossa história e da nossa sociedade*. Neste sentido, o movimento civil-militar vitorioso em abril de 1964 foi inequivocamente *reacionário*.

Entretanto, os desdobramentos econômicos e políticos do golpe do 1º de abril não tiveram por consequência a simples manutenção daqueles traços que qualificamos como os mais deletérios da história brasilei-

ra — a dependência das orientações macroeconômicas em face dos interesses imperialistas (que alguns autores designam como o caráter heteronômico, isto é, não autônomo, da nossa economia) e a exclusão da massa do povo do processo das decisões políticas. Na sequência do golpe, as forças vitoriosas (o grande capital, nativo e estrangeiro, e o latifúndio) refuncionalizaram a estrutura do poder estatal de forma a resolver a crise econômica do capitalismo no Brasil à época, de modo a atender aos seus interesses na conjuntura de profundas modificações na divisão internacional do trabalho. De fato, na entrada dos anos 1960, o sistema capitalista experimentava transformações importantes; uma das causas decisivas dessas transformações residia na superacumulação de capitais nos países centrais, que levava à internacionalização do processo produtivo pelas empresas imperialistas, a fim de operar a valorização do capital diretamente nos países dependentes (fora das suas fronteiras nacionais). Assim, países como o Brasil, que já contavam com uma estrutura urbano-industrial mínima, grandes recursos naturais e força de trabalho abundante, constituíam espaços ideais para a recepção de unidades produtivas daquelas empresas, podendo inserir-se de um modo novo, desde que se submetendo às exigências imperialistas, na dinâmica do capitalismo internacional.

As principais exigências para essa nova inserção consistiam em manter/ampliar garantias de ampla liberdade para os capitais estrangeiros e reduzir ao mínimo as condições para que os trabalhadores resistissem à exploração acentuada de que seriam alvo — precisamente o que o projeto reformista defendido pelas forças populares e democráticas inviabilizaria. Ora, o golpe do 1º de abril teve exatamente por objetivo atender a essas duas exigências: fazer do Estado o núcleo articulador do grande capital, estrangeiro e nativo (e do latifúndio), para conduzir um projeto de crescimento econômico associado ao capital estrangeiro e submetido às novas exigências das metrópoles imperialistas (em primeiro lugar, Washington). A funcionalidade do Estado próprio ao regime instaurado a 1º de abril era, portanto, dupla: econômica e política — o novo padrão de acumulação que ele promoveria, para superar a crise, supunha tanto o privilégio ao grande capital numa perspectiva que atualizava as condições de reprodução da dependência, quanto as mais severas restri-

ções à participação democrática da massa da população. Ergueu-se, pois, como um Estado antinacional e antipopular, que conduziu o capitalismo no Brasil a um estágio avançado do capitalismo monopolista com vigorosa intervenção estatal.

Assim, ao mesmo tempo que dominava o que parecia escapar (e, de fato, estava escapando mesmo) ao controle das classes dominantes, o golpe deflagrou uma dinâmica nova, econômica e política, que, a médio prazo, forçaria a ultrapassagem dos seus próprios marcos.

Flóres: novo padrão de desenvolvimento, capitalista racional  
 burgueses → versão temperada da democracia  
 hitler => autocracia burguesa  
 Desenvolvimento, capitalista aqui → imposto pelo alto. →  
 imperialismo TOTAL → controle e dominação de fora;  
 amplia-se a dependência; pressão anti-democrática sobre o  
 massas; legitimidade via ampliação de direitos sociais  
 modelo burguês despoja a burguesia de seu caráter  
 mercantil

Golpe:  
 alijava e reprimia + afirmava a hegemonia do  
 trabalhadores capital monopolista  
 ↓  
 burguesia